

BACURAU

Uma experiência estética e política acerca do menor

BACURAU
*An aesthetics and politics experience
about the minor*

**Paulo Reyes¹, Luana Pavan Detoni²,
Lucas Boeira Bittencourt³ e Gabriel Silva Lopes Fernandes⁴**

Resumo

Este ensaio discute a realidade das cidades pequenas tal qual representada no filme *Bacurau*. A questão posta como problema é como essas imagens em movimento nos convidam a refletir a partir de uma perspectiva estética e política. Essa obra nos instiga a pensar o urbano a partir de uma outra perspectiva — a cidade pequena ou, ainda, o lugar menor. Em contextos contra-hegemônicos, se justificam reflexões que invertam a lógica hegemônica neoliberal. O objetivo é pensar pautas que emergem no filme em questão que expressam realidades das cidades pequenas. A aproximação metodológica reside no enfrentamento teórico a partir das noções de estética e política em Jacques Rancière e na noção de menor em Gilles Deleuze e Félix Guattari. Esperamos alçar questões que evidenciam a realidade desse outro urbano. Acreditamos que é na esfera estética e política que esse outro urbano possa se manifestar como uma questão relevante de pesquisa.

Palavras-chave: estética, política, menor, cidades pequenas.

Abstract

This essay discusses the reality of small towns as represented on the film Bacurau. The problem is how these moving images invite us to reflect from an aesthetics and politics perspective. This work instigates us to think of the urban from another perspective — the small city or, still, the place of the minor. In counter-hegemonic contexts, reflections are justified that invert a neoliberal hegemonic logic. The objective is to think about guidelines that emerge in the film in question that express realities of small cities. The methodological approach resides in the theoretical confrontation based on the notions of aesthetics and politics in Jacques Rancière and in the notion of a minor in Gilles Deleuze and Félix Guattari. We hope to raise issues that highlight the reality of this other urban. We believe that it is in the aesthetics and politics sphere that this other

¹ Pós-Doutor em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa). Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinus e Universidade Autônoma de Barcelona). Mestre em Planejamento Urbano (UnB). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter). Atualmente professor associado da Faculdade de Arquitetura e pesquisador no PROPUR da UFRGS. E-mail: paulo.reyes@ufrgs.br

² Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). E-mail: luanadetoni@gmail.com

³ Mestrando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). E-mail: lboeirab.arq@gmail.com

⁴ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). Atualmente professor substituto no IFSUL Pelotas. E-mail: arq.gabrielfer@gmail.com

urban can manifest itself as a relevant research question.

Keywords: aesthetics, politics, minor, small cities.

Introdução

*A política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos.
Jacques Rancière, 2018, p. 54.*

Este ensaio versa sobre a experiência de *Bacurau*, filme brasileiro (2019) com direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, em relação ao pensamento dos filósofos Jacques Rancière, Gilles Deleuze e Félix Guattari, tendo como pano de fundo o problema das cidades pequenas. Em um tempo futuro, não especificado, o filme contextualiza a relação entre o universo local e o estrangeiro. A narrativa inicial parte do olhar do estranho que vê na pequena cidade do interior do nordeste brasileiro, lugar onde a vida parece precária, uma oportunidade para que ali se instale um jogo mortal. Há um contraponto nesta narrativa ao longo do filme, protagonizado pelos moradores locais, que é da ordem do menor.

É justamente sobre esta inversão que este texto se debruça como expressão de uma ação estética e política pautada por uma lógica menor. O objetivo, então, consiste em pensar pautas que emergem nesse filme e que expressam problemas e desafios de realidades das cidades pequenas do interior do Brasil. Essa problemática produzida aqui é fruto de reflexões oriundas da disciplina *Estética e Política*, realizada no segundo semestre de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que pela sua vez está dentro do contexto do grupo de pesquisa *Poiese — Laboratório de política e estética urbanas*, que busca articular o pensamento acerca do urbano com noções colocadas em pauta pela filosofia e pelas artes.

A urbanização brasileira apresenta realidades díspares. São consideradas como cidades todas as sedes — áreas urbanas — dos municípios. A estimativa populacional dos municípios, por sua vez, leva em conta não apenas a população residente na cidade-sede, mas também a população que reside nas áreas rurais. Isso significa que, muitas vezes, os municípios de pequeno porte populacional concentram ainda menos habitantes em suas cidades. Esse fator é um dado curioso para nossa escrita, visto que no Brasil há muitas cidades pequenas, ou pequeníssimas. Entretanto, nem sempre essas são relevantes aos estudos em urbano numa via hegemônica. Observamos, segundo o último censo (IBGE, 2010), que mais de 70% dos municípios brasileiros possuem menos de 20 mil habitantes. Esse parâmetro é tomado por nós como um limite para definirmos uma noção de cidade pequena no texto, pois compreende os municípios aquém das políticas urbanas nacionais legislados pelo Estatuto da Cidade (2001). Outro fator que destacamos são as singularidades dessas cidades pequenas, devido às diferenças existentes em relação às suas localizações: no litoral, na serra, em áreas metropolitanas ou interioranas, como no caso de *Bacurau*.

Em geral, o pensamento sobre o urbano é pautado por um modelo único de desenvolvimento, que tem se concentrado nas cidades grandes, e mais recentemente, médias. O processo de urbanização brasileira parece ser pensado como um modelo a seguir — das cidades grandes às cidades pequenas, ou seja, de uma ordem maior como pensamento hegemônico, sobrepondo e se impondo às realidades das cidades pequenas. Por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que está em votação, cujos municípios de até 5 mil habitantes que não comprovarem até 2023, que a sua arrecadação de impostos corresponde no mínimo a 10% da receita total do município, terão como *solução* a sua extinção e serão

incorporados, e assim submetidos, a outros municípios maiores. Desse modo, fica exposto que para além dos municípios com menos de 20 mil habitantes, há uma linha de corte que coloca sob ameaça aqueles municípios classificados por sua concentração populacional hierarquicamente no que se apresenta como o *pequeno do pequeno*.

De outra ordem, este ensaio não se detém aos parâmetros que categorizam o porte das cidades, mas em tornar visível outra face do urbano. Um urbano frequentemente esquecido tanto na esfera política quanto acadêmica, devido ao fenômeno da macrocefalia ou onipresença das metrópoles, como denomina Milton Santos (1993). Neste contexto, a autenticidade do filme ao retratar um cotidiano marcado pelo abandono da gestão, precarização da infraestrutura rodoviária, dificuldade do acesso à água potável e aos serviços básicos de saúde, vai ao encontro das análises de Angela Endlich (2006) sobre os processos de declínio demográfico das cidades pequenas. Segundo a autora, os arranjos econômicos produzem e condicionam as dinâmicas espaciais, e conseqüentemente sociais, de modo a viabilizar ou inviabilizar a manutenção da vida. Fato que, tem resultado em uma migração forçada das cidades pequenas.

A aproximação metodológica que propomos para este estudo reside no enfrentamento teórico a partir das noções de *estética* e *política* em Jacques Rancière e na noção de *menor* em Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os conceitos filosóficos são deslocados para o campo do urbanismo, a fim de fomentar a reflexão do urbano no contexto das cidades pequenas. No limite da sobrevivência, *Bacurau* opera a *política* como ato no plano da esfera do sensível, onde o regime interpretativo da *estética* revela a potência do *menor* [menor não como de menos valor, mas como força contra-hegemônica]. Nesse processo teórico buscamos olhar pela perspectiva do outro — aquele que não é priorizado, quiçá considerado — como um modo conflitante dos saberes hegemônicos.

O ensaio está dividido em quatro movimentos de pensamento. O primeiro deles, corresponde a um movimento teórico, dividido em duas partes: *cidade pequena como menor*, onde buscamos apresentar uma breve revisão acerca do problema das cidades pequenas, tomando essas como *menor*, a partir da noção de Deleuze e Guattari (2015); e o *labirinto do político*, que compreende uma revisão das principais noções de Rancière. Em seguida, elaboramos dois blocos de pensamento-imagem, com quadros do próprio filme, relacionando os acontecimentos da trama com as noções teóricas abordadas. Esses blocos foram intitulados: (a) *a marca de uma existência*; e (b) *jogo da emancipação*. Para cada um dos blocos, trabalhamos com imagens possíveis de contornos polêmicos, como Rancière nomeia, dizendo das imagens que são profícuas ao pensamento. Buscamos, portanto, a construção de um percurso de pensamento do problema político elaborado a partir do filme. Por fim, concluímos com o bloco *o momento qualquer*, evidenciando que tal percurso é, sobretudo, da perspectiva do contra-hegemônico, do menor, que encontra na pauta das cidades pequenas um lugar potente de debates.

Cidade pequena como menor

As cidades pequenas, localizadas no interior do Brasil, provocam um ruído no pensamento sobre o urbano. A exemplo de *Bacurau*, não correspondem às grandes narrativas, ou às regras de uma lógica formal proposta pela disciplina de urbanismo. Apesar dos planos urbanísticos apontarem a utopia das cidades pequenas, como as propostas de Robert Owen [Harmonia de 1.200 hab.], Charles Fourier [Falanstério de 1.600 hab.], John Silk Buckingham [Victoria de 10.000 hab.] e Ebenezer Howard [Cidade Jardim de 30.000 hab.], segundo Endlich (2006), as cidades pequenas *concretas*, geralmente, não apresentam planos ou projetos regulamentados. Esse outro

urbano que escapa à formalidade, no entanto, não corresponde, necessariamente, à oposição como uma relação dicotômica entre a cidade grande e a cidade pequena. Nesse sentido, buscamos uma outra possibilidade de pensamento para tal relação. Na perspectiva de Deleuze e Guattari (2015), o *maior* corresponde a valores hegemônicos que estruturam um modo de ver o mundo, enquanto o *menor* é a possibilidade de uma reação contra-hegemônica que possa fazer frente ao movimento maior. Nesse sentido, não estamos falando em diferentes escalas — maiores e menores — mas em um tipo de agenciamento coletivo de enunciação que rasura a lógica hegemônica a partir de outro ponto de vista, o das margens periféricas do urbano, ou da cidadezinha de *Bacurau*, como buscamos elaborar no ensaio.

Observamos nas cidades pequenas, marginalizadas, certo tensionamento dos grandes centros que retroalimentam os seus modos de vida. Por exemplo, quando um menino (personagem do filme) indaga: “qual a distância de *Bacurau* em relação a São Paulo?”. Assim, o menino, em seus modos de vida, toma a medida da sua pequena cidade em relação à distância que ela possa vir a ter de uma outra cidade, que é São Paulo, e que é um marco de referência, sempre predominante. Da mesma forma, poderíamos indicar que tal tensão também ocorre na ordem inversa, quando visto de dentro dos grandes centros, como o desejo (também, predominante) de segurança nas relações de sociabilização e vizinhança, por exemplo.

Contudo, optamos por nos concentrar na reflexão acerca do menor, que não tem relação direta com o porte das cidades, como já mencionado, mas sim com a noção de *literatura menor* elaborada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2015) na obra *Kafka: por uma literatura menor*, publicado originalmente em 1975. Em suma, uma literatura menor “não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 35). Para os filósofos, esse menor está relacionado a noções minoritárias, que atuam como uma potência ante às lógicas dominantes, presentes nas grandes narrativas, nas macropolíticas, nos campos disciplinares.

A noção de menor em Deleuze e Guattari (2015) apresenta três características básicas: a desterritorialização da língua, a transformação dos processos individuais em coletivo e a vinculação do individual ao político. Como desterritorialização, eles pensam os processos de desconstrução identitárias; como coletivo, se referem a um movimento contrário à lógica neoliberal de potência individual para reforçar a potência no sujeito-coletivo; e por fim, como ato político evidenciam tudo aquilo que uma ação menor produz frente a uma lógica maior. A literatura, assim como o cinema, e propomos uma analogia aqui com a cidade pequena, também podem romper com o hegemônico e despertar ações de resistência, como os habitantes de *Bacurau* que lutam, em distintos âmbitos, por suas sobrevivências.

Labirinto do político

Buscamos neste momento fazer um recorrido sobre aquilo que nomeamos de *labirinto político* na obra de Rancière. No entanto, essa denominação *labirinto* não está definida pelo autor em sua obra. Ela é simplesmente uma elaboração livre, tomada a partir de uma percepção do intrincado jogo de relações entre estética e política, os quais Rancière elabora ao longo de sua trajetória filosófica. A palavra tende, ao longo da obra, em acentuar uma definição *política*, para a reflexão acerca do problema político. Apesar da definição o *político* aparecer em seus textos, como acontece em *Nas margens do político*, publicado originalmente em 1998, nesse momento, designa a forma de tratamento de um *dano*, ou seja, o encontro de duas outras noções, que são muito fortes na filosofia do autor. São elas, a saber: a *política* e a *polícia*, um debate que já estava colocado em obra desde a publicação de *O desentendimento*, em 1995,

na França. Política, especificamente em Jacques Rancière, aborda uma noção de *igualdade*, como uma pressuposição universal, onde todos contam de modo igual na comunidade do estar junto.

É evidente, todavia, que concretamente a política nunca está de fato dada. Isso se deve porque há uma lógica que a contrapõe, a saber, a *polícia*. A *polícia* para Rancière, mais do que uma corporação policial, consiste em uma estruturação e hierarquização da vida comum que tem como objetivo a manutenção dessa própria hierarquia. A *polícia* tem por fundamento a negação da *política*. Essa reflexão acaba por se ligar com a noção estética, sobretudo a partir da obra *A partilha do sensível*, publicada originalmente no ano de 2000, que inter-relaciona esses dois territórios de pensamento, a estética-política. Esses fluxos recorrentes são o que nos levam a nomear de labirinto político a tentativa de elucidar um jogo de noções chave, mais ou menos linearmente enunciados no ensaio, para a apresentação do pensamento do autor.

Para entendermos o sentido de política atrelado ao de estética em Rancière é importante lembrarmos que ele foi discípulo de Louis Althusser. No final da década de 1970, momento em que publica na França seu texto *O mestre ignorante*, assume uma posição dissonante de Althusser em relação a uma determinada visão marxista sobre a emancipação intelectual. Para Rancière, com o fim dos marxismos de Estado e das utopias, se desenha no debate conceitual sobre a *política* uma investigação que busca “os princípios e as formas de uma política restituída à sua pureza pelo recuo do social e suas ambiguidades” (2018, p. 7). É interessante pensar junto dele nas pistas desse cerne conceitual da noção de política, um acontecimento que está historicamente ligado à noção de cidade e comunidade.

Destacamos que para Rancière (2018) a política só se faz quando em contato com o outro, seja na relação com a família ou com a cidade. Sobretudo à capacidade de fala e escrita (ou como ele nomeia uma *literariedade*) própria da condição humana em comunidade, ou seja, daqueles que se colocam diante da partilha de um comum. O problema da política é apresentar um embaraço próprio, ou seja, em que coisas, dada a repartição das partes em comunidade, existe e não existe igualdade. Igualdade expressa naqueles que tomam parte do jogo e daqueles que são deste jogo excluído. Essa é a questão que motiva a política. Assim, para que se produza algum efeito de pensamento acerca desse embaraço, é preciso descobrir seu ponto de desentendimento. O *desentendimento* é uma:

determinada situação de fala: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (RANCIÈRE, 2018, p. 10).

Salientamos que o desentendimento nunca é um desconhecimento. Os pontos de desentendimento constituem para Rancière a disputa entre o que significa poder falar. Quem está autorizado ou não a falar. E como isso entra em conflito na partilha do sensível. Isso quer dizer que a própria *situação de fala*, colocada por alguém que não ocupava tal pressuposto, opera uma outra racionalidade que conflita com a determinação anterior dos sujeitos falantes da comunidade partilhada e hierarquizada.

Para Rancière, também, a necessidade de se pensar algo específico para a política coloca de imediato a separação daquilo que nomeia de *polícia*. Retomando, portanto, a *polícia* é “uma ordem dos corpos que define as partilhas entre os modos do fazer,

os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa” (2018, p. 43). Essa noção de *polícia* configura processos de legitimação e de distribuição de um estar juntos, desenhando para isso uma geometria desigual de comunidade.

Essa noção nos é muito importante, dada seu acercamento da própria noção de cidade e a partilha do comum. A *polícia* está evidentemente colocada onde “se cuida de repartir as partes do comum, num cuidado que se esforça no desenho de uma harmonia geométrica que é sempre uma falsa harmonia, que por sua vez a *política* vem expor”, afirma Rancière (2018, p. 19). Desse modo, há *política* quando existe uma parte dos sem parte, nos diz Rancière, ou seja, não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. A política existe quando “a ordem natural de dominação é interrompida pela instituição de uma parte dos sem parte” (2018, p. 26), produzindo o *dano*. Ela existe (a política) porque aqueles que não têm direito (justiça) de serem contados como seres falantes conseguem ser contados e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o *dano* que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só.

Portanto, neste momento nos perguntamos como ocorre a dimensão política no filme *Bacurau*? Como se dá o dano? De que maneira a ordem policial se instala, como reforço de um poder hegemônico? E como o ato político rompe com essa ordem policial?

A marca de uma existência

Bacurau foi avaliado como estranho pelo público em geral.⁵ É possível concordar com essa adjetivação logo nas primeiras cenas (Figura 1), quando somos convidados, por alguns segundos, a observar uma aproximação do globo terrestre estranhamente banal. Aos poucos nos afastamos dos espaços em destaque — pontos luminosos visíveis no globo, em busca de uma aproximação com outros espaços — marginais. Desse modo, afirmamos a potência dessa experiência estética capaz de proporcionar uma imersão no contexto do menor.

Esse quadro nos possibilita pensar sobre o outro urbano que propomos evidenciar. A partir dessas imagens, refletimos que a dimensão do político em *Bacurau* nos conduz a observar os aspectos de visibilidade e invisibilidade das cidades pequenas. Como parte de um todo — do globo, elas se encontram imersas em um contexto hegemônico, das grandes tecnologias e saberes. Por outro lado, mergulhando como Ícaro (na mitologia grega) em queda até o cotidiano de uma pequena cidade, onde as práticas de uma comunidade menor ganham visibilidade, este movimento provoca um gesto político.

Os estudos em urbanismo predominantemente abordam os desafios das grandes cidades, ocasionados pelas altas densidades, como por exemplo o déficit habitacional, o caos do trânsito, entre outros. Os estudos através de *Bacurau*, no entanto, nos proporcionam refletir sobre outros modos de vida, e conseqüentemente seus desafios. Especialmente, em relação à invisibilidade na qual encontram-se submetidos. Sob a analogia com a abordagem de Rancière sobre a noção do político, pequenas cidades como *Bacurau* não contam. Têm suas existências, visibilidades e vozes comprometidas, por vezes, até mesmo anuladas. O filme marca a existência do menor, em meio ao contexto do interior do nordeste brasileiro, que resiste às metanarrativas e produz um ruído na lógica policial.

⁵ Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-247818/criticas-adorocinema/>. Acesso em: 25 jan. 2021.



Figura 1 - Quadro 3'21" - 4'12"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021. Figura 2 - Quadro 24'53" - 26'32"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.

Destacamos o conjunto de cenas (Figura 2) quando o professor Plínio (personagem do filme), a fim de responder à pergunta do aluno sobre a distância de *Bacurau* à São Paulo, não encontra a cidade no mapa. A primeira busca foi ao ar livre por meio de um tablet, em seguida eles entraram na escola e depois de algumas tentativas frustradas no computador da sala, outro aluno pergunta: “Professor não precisa pagar para entrar no mapa, não?” Tal questionamento, se desdobra em outros, como por exemplo: Qual o valor de uma existência? Em seguida, o professor, ainda na tentativa de responder, abre um mapa antigo em papel, que tem as fachadas das casas desenhadas ao longo da rua principal e mostra o que tanto procuravam: “vejam, aqui está *Bacurau*!”

Os questionamentos dos alunos, o primeiro com referência à principal metrópole brasileira e o segundo que faz alusão a perversidade do sistema capitalista que estamos inseridos, levam à reflexão sobre o contexto da precária condição das cidades pequenas localizadas no interior do Brasil. Essas, geralmente invisibilizadas, sofrem pelas condições da marginalização socioespacial, aquém das ações das políticas públicas e da produção do conhecimento acadêmico. Diante de inúmeras anulações, cidades como *Bacurau*, precisam criar as suas próprias táticas de sobrevivência.

Esse processo de subjetivação, ato político que marca uma existência, requer forças de um coletivo. Em outras palavras, podemos associar esse processo político às transformações dos processos individuais em coletivo, intrínsecas à noção de menor de Deleuze e Guattari (2015). Essa característica do coletivo é produzida, ao mesmo tempo, dentro de um sistema e em oposição a ele. Sobretudo, esse coletivo diz respeito à força de um grupo, visto que um indivíduo sozinho não é capaz de se contrapor a um sistema dominante. Entretanto, através do coletivo, ou seja, da potência do comum e da partilha, é possível resistir.

A partir de Rancière, destacamos:

O impasse atual da reflexão e da ação políticas deve-se, a meu ver,

à identificação da política com a manifestação do *próprio* de uma comunidade. Pode tratar-se da identificação do princípio do governo com o próprio da comunidade a título do universal, da lei ou do Estado de direito. Pode tratar-se, ao invés, da reivindicação da identidade das “minorias” contra a hegemonia da cultura e da identidade dominantes. A grande e as pequenas comunidades podem trocar as acusações de “tribalismo” e de “barbárie”. [...] A questão não é apenas de moral — a dedicação do indivíduo à comunidade. É também de lógica: a política da emancipação é a política de um próprio impróprio. A lógica da emancipação é uma *heterologia* (RANCIÈRE, 2014, p. 70).

Não há como anular a existência de um povo, o mapa de papel do professor Plínio, causa um dano, marca e torna visível *Bacurau* que sobrevive apesar de não estar no mapa online. Ou seja, embora esteja fora da configuração de ordem policial e hegemônica, a cidade continua existindo. A pequena cidade da ficção, através do coletivo de moradores constitui uma experiência cartográfica que permite a visibilidade e a expressão dessa existência minoritária. Indo além de um litígio particular, Rancière coloca que “a política do povo causa dano à distribuição policial dos lugares e das funções, porque o povo é sempre mais e menos do que ele próprio. Ele é o poder do um-a-mais que baralha a ordem da polícia” (2014, p. 70).

Em uma cena comum, é possível questionar a invisibilidade imposta, na medida em que as tecnologias que apresentam quem pode falar e quem pode deter o saber do que é visível no sistema neoliberal são deixadas de lado e substituídas por uma igualdade inicial. Todos podem se inscrever e se ler nos seus lugares, a partir da visão do que lhes é cotidiano, bastando-lhes pensar sobre seus espaços transformando um papel em um mapa, suas práticas em uma cidade. Qualquer um pode estar no mapa, ou ainda mais, qualquer um pode representar e representar-se em um mapa. A verificação de uma igualdade é um passo inicial para o ato político que dá visibilidade ao dano, um início ao jogo das emancipações.

Jogo da emancipação

Ao longo do filme, a comunidade de *Bacurau* necessita constantemente afirmar a sua existência, como vimos nas falas (Figura 3) de um menino e da atendente na mercearia (personagens do filme), diante de uma narrativa dominante — representada pela fala dos trilheiros, que ficaram mais conhecidos, pelo público em geral, como *brasileiros do sul*⁶.

⁶ Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-247818/criticas-adorocinema/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Figura 3 - Quadro 45'43" - 46'23"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.



Lembremos, a partir disso, a figura de uma ave brasileira que habita o sertão nordestino e que inspira o nome da pequena cidade apresentada pelo filme. A principal característica do pássaro bacurau, consiste na sua habilidade de se esconder quando necessário. Seu nome científico é *Nyctidromus albigolis*, mas também recebe outras denominações como *curiango*, *curiango-comum*, *ju-jau*, *caribamba*, *amanhã-euvou*, *ibijau*, *mede-léguas*, *acurana* e *a-ku-kú*.⁷ Com coloração em tons terrosos, este pássaro possui hábito noturno e costuma viver no chão, abrigo que permite a perfeita camuflagem na paisagem, auxiliando assim o seu instinto de proteção e de ataque.

Em meio a possibilidade de se esconder e se mostrar, os moradores de *Bacurau*, assim como o pássaro, levam a máxima reflexão sobre quem conta e quem não conta como ser falante na busca pela verificação da igualdade — um processo de emancipação segundo Rancière. Observamos que eles subvertem a lógica esperada e criam uma expressão através do domínio de sua própria invisibilidade. A invisibilidade aqui funciona como tática frente à lógica estratégica do grupo invasor.

As imagens destacadas a seguir (Figura 4) retratam o momento em que aflora um desentendimento na conversa entre o grupo de forasteiros. Como colocou Rancière, “dar a voz é diferente de tomar a palavra” é reiterar uma hierarquia, de quem está autorizado a calar ou não alguém (2018, p. 50). No momento em que os *brasileiros do sul* tentam falar a mesma língua (o inglês), ocupar o mesmo espaço que os estrangeiros, eles são ridicularizados. Sua fala é entendida como um ruído, existe ali ainda o ato policial que determina os que podem falar (os que têm voz) e os que não têm, consensualmente cada um segue com seu papel, sua parte no jogo. Mas quando as pessoas comuns (moradores de *Bacurau*) resolvem por suas táticas (e suas armas) responder a violência imposta pelos forasteiros, realizam um ato transgressor se inscrevendo como seres falantes. A questão não é do domínio da língua inglesa, de ter uma propriedade com palavras e tecnologias estrangeiras, mas sim no ato de possuir um lugar na ordem simbólica de seres falantes.

Rancière (2018) pensa que a igualdade pode ser compreendida por dois aspectos: a igualdade sendo operada como desigualdade a ser reduzida, como algo posto de ideal futuro, ou como um princípio inicial, em que todos são iguais desde sempre. Uma igualdade originária que já está dada, então a essa só cabe a sua verificação. Para que ela seja verificada é necessário olhar o dano, quem conta e quem não conta como ser falante. É onde residiria a exclusão e definiria os sem partilha no mundo sensível.

O sujeito que se instala nessa situação, passa por um fazer existir pela configuração

⁷ Disponível em: <https://www.portaldosanimais.com.br/informacoes/bacurau-o-passaro-noturno/>. Acesso em: 25 jan. 2021.



de uma cena que constrói uma subjetivação. É esse processo que os torna sujeitos, no contrário, eles são só ruídos. Para discutir essa igualdade, é necessário um ato político que aconteça como marca de uma partilha. Esse acontecimento — jogo da emancipação — é a visibilidade no que é possível conseguir com o pensamento dos que antes não tinham fala. Não dá para pensar estética sem pensar política. Não dá para pensar política sem pensar emancipação. E, portanto, não dá para pensar emancipação sem pensar igualdade.

A língua inglesa simboliza no filme uma situação de poder. Almeja ter domínio sobre o quê não tem domínio. Quem não tem o direito de fazer, ou de ser, ou de dizer fica à margem, evidenciando a cena como um dano. Só assim, se dá visibilidade e a desigualdade na relação entre um e o outro — uma cena polêmica do processo de igualdade. Quando os moradores de *Bacurau* impõem, a partir de suas táticas, a entrada no jogo dos forasteiros, realizam uma transgressão na partilha ordenada das vozes com a inclusão na língua da própria impossibilidade de falar.

Quem conta e quem não conta como ser falante? As cenas (Figuras 5 e 6) revelam os bastidores dos esconderijos dos moradores. São muitas as camuflagens, tal como o pássaro bacurau: a escola, o buraco no meio da rua, o alçapão embaixo do museu, as casas, entre outros. Diante da iminente invasão dos *caçadores* americanos, os moradores de *Bacurau* conseguem transformar a cidade previamente numa fortaleza. Fortaleza essa tornada invisível pela suposta ausência dos moradores.

Ainda, detenhamo-nos (Figura 5), e poderemos observar o jogo da emancipação entre a capacidade de tornar-se invisível e tornar-se potente frente ao ataque. Assim, as janelas da escola se abrem e de lá emergem os disparos. Por sua vez, vemos (Figura 6) o momento de libertação, quando não é mais preciso se camuflar, assim como o pássaro, no buraco do chão. Na sequência, a imagem das cabeças dos caçadores no piso, em frente à igreja, faz alusão a toda simbologia que pode representar o arrancar de uma cabeça e usar como troféu — o pensamento sem corpo. Refletimos que esse ato é o resultado por seus modos de fazer, modos de ser e modos de dizer. É através dessas cabeças que o jogo mortal ganha visibilidade, produzindo emancipação e a redistribuição na partilha do sensível.

Esse é um ato político, que reafirma a disposição dos moradores de reforçarem a sua existência, garantindo seus direitos de fala. Os moradores de *Bacurau*, a partir da sua luta, rompem com o privilégio e a hegemonia dada aos forasteiros [brancos norteamericanos], impondo a sua existência como um ser de fala. A emancipação consiste, então, em um processo dissensual marcado pela sua capacidade de enunciação.

Figura 4 - Quadro 60" - 62'43"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.



Figura 5 - Quadro 101'47" - 113'05"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021. Figura 6 - Quadro 115'50" - 118'02"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.

Momento qualquer, para concluir

Por fim, concluímos, evidenciando que tal percurso é, sobretudo, da perspectiva do contra-hegemônico, do menor, que encontra na pauta das cidades pequenas um lugar potente de debates. Utilizamos aqui para concluir a figura do museu como um espaço que ao registrar um momento qualquer torna esse um emblema de uma luta de resistência.

O museu histórico, um lugar que tradicionalmente serve para guardar as memórias, os feitos, que registram a grande história, ligada sempre com a hegemonia dos que podem falar, é subvertido em *Bacurau*. Essa subversão é expressa pela exposição de objetos que representam a força contra-hegemônica. Em *Bacurau* o museu consiste no espaço que ao registrar *qualquer coisa*, ou qualquer momento, transforma esses em expressões de uma resistência, sendo deslocado de uma posição periférica para uma posição central. Nesse sentido, o museu simboliza a figura do menor — a luta das margens em relação a sua situação periférica.

A partir da imagem das marcas de sangue nas paredes do museu (Figura 7) retomamos o pensamento de Rancière, em que ele reflete sobre o privilégio dado ao momento qualquer. Para ele, “o coração da política da ficção é o tratamento do tempo” (2019, p. 118). A forma como é partilhado o tempo, nos processos de subjetivação, se dão a partir de um mundo estruturado. A cena usada no filme é uma fratura, uma dilatação dos tempos, não é uma ficção contra a realidade, mas uma ficção contra ficção. É no retratar o momento qualquer, que se provoca uma oscilação entre o tudo e o nada, de algo que pode vir a acontecer, ou não acontecer, o momento do choque entre os que partilham e os que não foram contados.

As questões acerca da estética e da política podem estar explícitas e implícitas, até mesmo nas cenas mais sutis do filme, como as roupas no varal, marcadas por sangue (Figura 7), que representam uma dinâmica comum à paisagem do cotidiano das cidades pequenas, e possibilitam marcar a existência e a força dessa vida urbana tão singular. O realismo dessa cena cotidiana retrata o *momento qualquer*.

Podemos dizer também, que essa cena acontece como uma política da ficção, uma

arte ficcional efetivamente democrática, e que sobretudo é estética e política. A noção de ficção nos ajuda a pensar a realização de uma cena estética e política. A ficção diz respeito a um determinado arranjo de eventos numa superfície narrativa, mas sobretudo, ela também designa a relação entre mundos referenciais, enunciados pela arte; e mundos alternativos, enunciados pela política e a noção de igualdade. Rancière nos exemplifica, que o romance realista na modernidade, a vida nua e democrática, está exposta pela trama de personagens comuns, que anteriormente estavam desautorizados das narrativas tradicionais, ou então, autorizadas apenas às categorias inferiores. Ele também nos adverte que o real, para ser pensado, precisa ser ficcionado (2009). E isso nos parece fundamental, para concluir a reflexão acerca das pequenas cidades. Podemos, desse modo, pensar a tela, o filme e seu desenrolar, como essa superfície narrativa, a trama ficcional e sua estrutura democrática, que Rancière operou pelos romances realistas do século XIX, e que aqui propusemos pensar a partir do filme em questão.

As roupas balançam ao vento que sopra do sertão brasileiro, num momento banal da vida cotidiana de uma cidade do interior. Colocamos que desse modo, o que está em *movimento*, para além da ficção do real e sua parte descritiva (as roupas que balançam ao vento do sertão), é a vida nua colocada pelas personagens do filme em seu delicado plano de sobrevivência elaborado na trama. Vida daqueles que colocam suas ações na esfera de uma existência concreta, que foram, nas palavras de Rancière “capazes de conceber grandes planos e de arriscá-los no confronto com outros grandes planos e com os golpes do destino” (2010, p. 79). Em suma, o que a cena das roupas penduradas nos ajuda a ver é o efeito de igualdade, o *momento qualquer* que é a colocação em pauta de uma ação política, de um coletivo que se coloca na apresentação sensível desse comum. Tal apresentação é sempre uma colocação em ato de um coletivo, que instantes antes, estava subjugado por uma outra lógica hierárquica.

Assim como na cena confrontante, os moradores de *Bacurau* limpam o chão do pequeno museu da cidade, lavado pelo sangue dos atiradores. Eles assim o fazem, porque buscam pela instalação de uma outra configuração sensível, que não estava posta anteriormente, e que sobretudo agora reside exposta na praça pública, e depois na parede do museu para uma livre apreciação. Há nessa cena, sobretudo na possibilidade ficcional do seu desenrolar, que as cabeças expostas irão contribuir para uma outra relação com o tempo por parte dos moradores da cidade: a apreciação despreocupada, algo que está no interior do jogo da emancipação. Está posta em situação de igualdade, pois ela é a mesma situação que qualquer sujeito intelectual, de elite, morador de um grande centro o faria, em um museu outro, do *espetáculo*, qualquer. Há algo muito sutil nessa cena, algo que revela, o que Rancière nomeia como o *coração da política*, onde há uma questão de tempo, de uso do tempo e dos modos sensíveis implicados nisso.

Essas capturas inquietantes de um varal de roupas com marcas de sangue, e que também estão presentes nas paredes do museu, são tomadas como registro desse ato, que mais do que uma violência sofrida, registram na história do lugar uma conquista



Figura 7 - Quadro 106'02" - 118'43"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.

onde o *menor* se estabelece como potência. Pensar a partir dessas imagens de ações banais do cotidiano, guardam a potência de revelar o dano. A cena sai da ficção levando, do olhar ao pensamento, para tantos outros varais, e roupas com manchas, e ainda, de outros dissensos, pela insistência dessa palavra menor — potência. Rasgando o céu (algo como cantou a música de abertura do filme *objeto não identificado*) de uma pequena cidade do interior brasileiro. Assim, talvez os ventos que soprem, em devir, sejam os da possibilidade de ainda pautar outras questões, outros desdobramentos narrativos, e sobretudo, outras referências teóricas, com matizes mais sertanejas, quem sabe. Matizes que nos incitem a fazer o pensamento reverberar em notas dissonantes, ou bandeirolas balançando ao vento, por aí, como num lugar (momento) qualquer.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). À turma da disciplina de Estética e Política em 2020-02 (PROPUR/UFRGS), pelos estudos e discussões que fomentaram a realização deste trabalho.

Referências

BRASIL. [Estatuto da Cidade (2001)]. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. [PEC 188 (2019)]. *Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo*. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2019/11/05/pec-pacto-federativo-proposta-do-governo>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná*. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Nas margens do político*. Lisboa: KKYM, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 75-90, Mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/4twWJzZKqthNjSyHxVnwtTP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. O momento qualquer. In: *Idem. As margens da ficção*. Lisboa: KKYM, 2019. p. 116-126.

Referências audiovisuais

BACURAU. Direção: Kléber Mendonça Filho, Juliano Dornelles. Pernambuco: Vitrine Filmes, 2019. (132 min).

NÃO IDENTIFICADO. 3'13". Composição: Caetano Veloso. Interpretação: Gal Costa. *Gal Costa* [álbum LP], Philips, 1969.